



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

### **ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA**

Presidida pelo Vereador Benedito José do Couto;  
Secretariada pelo Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos quinze dias do mês de julho do ano dois mil e treze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Vereador Benedito José do Couto e Secretariada pelo Vereador Luís Roberto Tavares, a Vigésima Terceira Sessão Ordinária do Primeiro Ano da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da relação da matéria, datada de 12 de julho último. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Senhores Vereadores pela 1ª Secretária, nos termos do disposto no art. 109 da Resolução nº 276, de 9.11.2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o art. 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Senhores Vereadores: Benedito José do Couto (1), Professor Cinoê Duzo (2), Daniel Gasparini dos Santos (3), Daniela Dalben Mota (4), Dayane Amaro Costa (5), João Antônio Pires Gonçalves (6), Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi (7), Laércio Rocha Pires (8), Leonardo David Zaniboni (9), Luís Roberto Tavares (10), Professor Luiz Antônio Guarnieri (11), Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti (14), Professora Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Registro de Comparecimentos e Faltas dos Senhores Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no art. 106, parágrafo único, da citada Resolução, convidou a Vereadora Daniela Dalben Mota para que procedesse a leitura de um salmo da Bíblia. Cumprida dita



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Senhor Presidente submeteu à apreciação do plenário a ata da Vigésima Primeira Sessão Ordinária, realizada em 1º de julho último, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, Presidente e 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei n° 80, do Prefeito Municipal, acompanhado de Mensagem n° 48 e Ofício n° 48, de 26.6.13, “autorizando o Município a celebrar contrato de concessão administrativa de uso de bem imóvel, a título oneroso, com a Claro S.A. e dá outras providências”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento). 2. Projeto de Decreto Legislativo n° 16, de 2013, da Vereadora Dayane Amaro Costa, “concedendo o título de cidadão mogimiriano ao Jornalista Paulo Henrique Tenório”; (à Comissão de Justiça e Redação para exame). 3. Projeto de Decreto Legislativo n° 15, de 2013, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, “concedendo o título de cidadão mogimiriano ao Senhor Adilson França Sampaio”; (à Comissão de Justiça e Redação para exame). 4. Projeto de Decreto Legislativo n° 12, de 2013, do Vereador Waldemar Marcurio Filho, “concedendo o título de cidadã mogimiriana à Senhora Nídia Carmem Nannette dos Santos Adorno”; (à Comissão de Justiça e Redação para exame). 5. Projeto de Decreto Legislativo n° 17, de 2013, do Vereador Professor Cinoê Duzo, “concedendo o título de cidadão mogimiriano ao Filomeno Machado Lessa”; (à Comissão de Justiça e Redação para exame). 6. Projeto de Decreto Legislativo n° 18, de 2013, do Vereador Professor Luiz Antônio Guarnieri, “concedendo o título de cidadão mogimiriano ao Professor Benjamim Quintino da Silva”; (à Comissão de Justiça e Redação para exame). 7. Projeto de Lei n° 81, do Vereador Waldemar Marcurio Filho, “dando o nome de João Rampazio à rua 17 do Residencial Floresta”; (ao exame da Comissão de Denominação de Vias e Logradouros Públicos e Justiça e Redação). 8. Projeto de Lei n° 82, da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, “autorizando o Prefeito a conceder isenção de ISSQN sobre o



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

transporte coletivo urbano”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento). 9. Projeto de Lei nº 83, da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, “acrescentando dispositivos ao art. 5º da Lei nº 5.355, de 4.4.13, que dispõe sobre a criação da tarifa social para o transporte coletivo de passageiros em linhas municipais”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento). 10. Projeto de Lei nº 84, da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, “tombando como patrimônio histórico o bebedouro de animais localizado no cruzamento da Avenida Santo Antônio com a rua Professor Antônio Galvão Cotrin”; (ao exame da Comissão de Justiça e Redação). 11. Projeto de Lei nº 85, da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, “tombando como patrimônio histórico a linotipo, maquinário símbolo da imprensa escrita, que pertenceu ao centenário jornal “A Comarca”, doada ao Município e instalada no Espaço Cidadão, na avenida Professor Adib Chaib”; (ao exame da Comissão de Justiça e Redação). 12. Projeto de Lei nº 86, da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, “dano o nome de Marco Antônio Franco de Campos à estrada de servidão localizada na Estrada da Cachoeira”; (ao exame da Comissão de Denominação de Vias e Logradouros Públicos e de Justiça e Redação). 13. Projeto de Lei nº 87, da Vereadora Daniela Dalben Mota, “instituinto a folga e/ou dispensa no trabalho para servidores que realizarem exames preventivos”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação e de Educação, Saúde e Assistência Social). 14. Balancete da Receita e Despesa da Câmara Municipal, referente a junho/2013. (ao exame da Comissão de Finanças e Orçamento). Ato contínuo, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores o seguinte **REQUERIMENTO**, hoje endereçado à Mesa (aprovado pela Casa): nºs 464, 465, 466, 477, 478, 479, 480, 481, 482 e 486, da Vereadora Dayane Amaro Costa, solicitando “o encaminhamento de minuta de projeto de lei sobre a Semana Municipal de Incentivo à Doação de Medula Óssea, em 6 de outubro”; número de pessoas que passaram por operação de mastectomia nos últimos seis meses”; número de diagnósticos em câncer de mama nos últimos seis meses; número de mal de Chagas no Município; número de



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

casos de tuberculose, de anemia ferropriva; diabetes; gravidez na adolescência e instituição da Semana de Orientação e Conscientização Política; implantação do laboratório de feridas no Município”; nº 467, do Vereador Waldemar Marcurio Filho, solicitando “que o Prefeito informe o cadastro oficial de condenados pela Justiça”; nº 469 e 475, do Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando “envio de minuta de projeto de lei que dispõe sobre a criação do programa “Restaurante Popular”; que a Telefonica/Vivo Telecomunicações implante serviços de telefonia na Vila São José”; nº 470, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, solicitando “envio de minuta de projeto de lei que firma convênio com escolas particulares de educação infantil – Bolsa-Cheche”; nº 471, 484, 485 e 486, da Vereadora Daniela Dalben Mota, solicitando “controle de pacientes transportados pela Secretaria da Saúde e empresas terceirizadas nos últimos 3 meses; aplicação da Li nº 4572/08 e o trabalho da Comissão; aplicação da Lei nº 4991/10”; nºs 473 e 474, do Vereador Professor Luiz Antônio Guarnieri, solicitando “prolongamento da segunda via da Avenida Brasil, no trecho entre a rua Biquinha do Conselho e Nossa Senhora Aparecida; informações sobre o PCM – Plano Comunitário de Melhorias e a situação da rua Linha da Penha, Mirante”; nº 476, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, solicitando “informações sobre o andamento da Indicação nº 508/13, aprovada em 17.6.13”; nº 490, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, solicitando”; sejam enviadas cópias de empenhos do Executivo, conforme relação anexa”; nºs 487, 488 e 489, do Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando” informações sobre o Requerimento nº 400/13, aprovado em 3.6.13; informações sobre a Indicação nº 322/13; informações a respeito das providências contra o aumento da população de pombos nas escolas públicas”; nº 491, do Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, solicitando “que a Elektro - Eletricidade e Serviços S.A. instale luminária na confluência das ruas Adolfo Lutz e Carlos de Biasi”; nºs 492 e 493, da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, solicitando” informações sobre consultas na UBS – Unidades Básicas de Saúde; reforma do prédio que abrigará a Secretaria de Saúde”; nºs 494,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

495, 496 e 497, do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, solicitando “benefícios concedidos aos funcionários públicos Municipais; números de processos referentes ao jardim Europa, que envolvam o INSS; folha de pagamento de todos os funcionários da Secretaria de Educação; informação se existe projeto que crie tarifa social na conta de água”. OBSERVAÇÃO: o Requerimento nº 483/13, de Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, versando sobre “seja enviada ao Ministério Público a denúncia de irregularidades e ilegalidades sobre a tarifa de transporte coletivo” foi rejeitada por 9 votos contrários e 8 votos favoráveis; o Presidente votou, por força regimental do art. 20, III. Em seguida, foi aprovada as seguintes **MOÇÕES**: nº s 92, 95, 96 e 107, do Vereador Professor Cinoê Duzo, “de aplausos com Maurício de Queiróz Antônio pelo primeiro lugar na categoria Artes Visuais no IX Festival “Nossa Arte”, da Federação das Apaes, realizado em Sumaré; idem com a equipe do Jori – Jogos Regionais do Idoso, que atuou em São João da Boa Vista; idem com a equipe de Natação do Clube Mogiano e Freeplay pela conquista do tetracampeonato nos 57º jogos de Atibaia; de pesar pelo falecimento de Armando José Sanvido”; nºs 93, 98, 99, 100, 101, 102, 104 e 105, da Vereadora Dayane Amaro Costa, “de congratulações e aplausos com a Banda Lyra Mogimiriana, pela realização do II Festimm; idem com a Gerência de Cultura e Turismo pela realização do evento ‘Que País é Esse?’; idem com a professora de piano Mônica Rogatto pela apresentação em 10 de julho último; idem com Maria Helena Fantagussi, pela exposição de telas em 10.7.13; idem com Denilson Scarpitti e alunos, pela dança, no dia 10.7.13; com Ana Sílvia Tavares, pela dança afro; de pesar, pelo falecimento da senhora Ivonilde Kleinfelder; congratulações e aplausos com a Ed Alípio pelo I Passeio de Intenção Turística de Mogi Mirim, realizado em 9.7.13”; nº 97, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, “de congratulações e aplausos com Sebastião Zoli Júnior e Carmen Lúcia Bridi pela realização do Encontro Cultural”; nº 106, da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, “de pesar pelo falecimento da senhora Antonieta Tucci do Amaral ‘Nenete’”; nº 108, do Vereador Laércio Rocha Pires, “de pesar pelo



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

falecimento do Senhor Hélio dos Anjos de Souza”; nº 109, da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, “de congratulações e aplausos ao Luciano Huck e produção do programa “Caldeirão do Huck” pelo apoio à AMA – Associação de Mulheres Agroecológicas”; nº 110, do Vereador Benedito José do Couto, “de congratulações e aplausos com os deficientes visuais e parceiros do curso ‘Click para Incluir’”. OBSERVAÇÃO: a MOÇÃO nº 103, do Vereador Luís Roberto Tavares, versando sobre” repúdio ao Prefeito de Santa Cruz do Arari, Ilha do Marajó, pela caça e extermínio de cães” foi pedida para discutir pelo Vereador Waldemar Marcurio Filho. Ato contínuo, foram dadas como lidas e encaminhadas ao Prefeito Municipal as seguintes **INDICAÇÕES**: nºs 569 a 571, 576 a 578 e 587, da Vereadora Dayane Amaro Costa, indicando “cadastro do Município no programa Federal “Saúde na Escola”; criação de projeto de lei para a redução da tarifa de ônibus pelas normas do PLC 310/09, do Senado; adesão do Município do Programa Reitup – Regime Especial de Incentivos para o Transporte coletivo Urbano e Metropolitano de passageiros; análises microbiológicas da merenda escolar e emissão de relatório; fiscalização na entrega de produtos alimentícios para a merenda escolar; revisão dos brinquedos dos parques infantis da cidade; sinalização nas rampas de acesso construídas recentemente no centro da cidade”; nº 572 a 575, 579, 580 e 589, da Vereadora Daniela Dalben Mota, indicando “faixa de pedestres na rua José Bonifácio, defronte ao Banco do Brasil”; fixação de ponto de ônibus defronte as UBSs; remoção do ponto de ônibus na Avenida Adib Chaib; abertura de licitação para atender o serviço de fisioterapia Municipal; seja adequado o estacionamento de veículos da rua João Soares de Camargo, esquina com rua 13 de maio; redutor de velocidade no cruzamento da rua Padre José, antes do cruzamento com rua Paissandu; poda de árvore na rua 7 de setembro, 334”; nºs 581 e 584, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, indicando “gratuidade para o telefone 153 para acionamento emergencial da Guarda Municipal; redutor de velocidade na avenida Capitão João Gonçalves Teixeira, Jardim Brasília”; nº 582, do Vereador Professor Cinoê Duzo, indicando “revogação do projeto do organograma da Prefeitura,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

aprovado pelo Legislativo em 2013”; nº 583, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, indicando “tratamento de árvores ‘canelinha’ na Praça Rui Barbosa”; nº 585, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, indicando “limpeza e revitalização da mina do final da Linha da Penha, Mirante”; nº 586, do Vereador Laércio Rocha Pires, indicando “criação da Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer”; nºs 590 a 595, do Vereador Luís Roberto Tavares, indicando” manutenção de rampas de bueiro da zona leste; limpeza nas calçadas da rua Conde Álvares Penteado; lançamento de água nas ruas do Parque das Laranjeiras; limpeza nas margens da avenida Padre João Vieira Ramalho; operação tapa-buracos na rua Vereador Estanislau Dias, Jardim do Lago; manutenção de postes de iluminação da Praça Chico Mendes, Jardim do Lago; nº 596, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, indicando” prorrogação do programa especial de recuperação fiscal”; nºs 597 e 598, do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, indicando “reduzores de velocidade na rua Professor Aristides Gurjão, Vila Dias”; intensificação de policiamento noturno no Residencial do Bosque”; nº 599, da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, indicando” recuperação do bebedouro de animais na Avenida Santo Antônio e Professor Antônio Galvão Cotrin”. A seguir, o Senhor Presidente colocou à disposição dos Senhores Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs 592, 600 a 613 a 627, 628 a 641, 648, 650 a 657, 659 a 661, 662, 663 a 666, 668 a 672, 673 a 677, 679, 680 e 682, datados de 21 a 28 de junho e 4 de julho de 2013, subscritos pelo Prefeito Municipal, “respondendo às proposituras desta Edilidade: Requerimentos: nº 340, do Vereador Professor Luiz Antônio Guarnieri; nº 319, 7, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos; nº 172, do Vereador João Antonio Pires Gonçalves; nºs 350, 421, da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti; nº s 312, 354, 16, 212, 294, 298, 299, 300, 45, 334, da Vereadora Dayane Amaro Costa; nºs 358, 374, do Vereador Professor Cinoê Duzo; nºs 386, 388, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira; nº 355, do Vereador João Antonio Pires Gonçalves; nº 370, do Vereador Luís Roberto Tavares; nº 393, do Vereador Engenheiro



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Agrônomo Jorge Setoguchi; nº 401, do Vereador Laércio Rocha Pires; nº 332, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino; n 82, da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros. Indicações: nºs 328, 366, 369, 371, 373, 372, 453, 377, 403, 301, 75, do Vereador Luís Roberto Tavares; nº s 61, 388, do Vereador Professor Luiz Antônio Guarnieri; nº 158, 171, 172, 354, 157, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos; nº 169, do Vereador João Antonio Pires Gonçalves; nº 179, 393, 433, 470, da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti; nº 259, do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni; nº 275, 368, 409, do Vereador Waldemar Marcurio Filho; nºs 292, 359, 392, 446, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi; nº 392, do Vereador Benedito José do Couto; nº 391, 49, 116, da Vereadora Dayane Amaro Costa; nº 343, do Vereador Professor Cinoê Duzo; 400, 401, 448, 407, 55, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino; nºs 405, 422, 418, 443, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi; nº 431, 389, 432, da Vereadora Daniela Dalben Mota; nº 442, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira; (ao conhecimento dos Vereadores interessados). Ofícios nºs 190 e 191, do Saae - Serviço Autônomo de Água e Esgotos, datados de 3.7.13, “respondendo aos Requerimentos nºs 375 e 422, do Vereador Luís Roberto Tavares”; (arquivem-se, após dar ciência ao nobre Vereador). Ofício nº 822, de 26.6.13, da Caixa Econômica Federal, “notificando sobre o repasse de R\$ 17.751,05, para ampliação do SES”; (arquive-se). Ofício nº 2385, de 21.7.13, do Ministério Público do Estado de São Paulo “agradecendo a moção de apoio da Casa pela manutenção da PEC 37”; (arquive-se). Ofício 599, da Secretaria de Estado da Educação, “respondendo ao Requerimento nº 352/13, de autoria do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino”; (arquive-se, após dar ciência ao nobre Vereador). Ofício 214, de 4.7.13, da ODS – Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda. “respondendo aos Requerimentos 454 e 377, da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros; (arquive-se, após dar ciência à nobre Vereadora). Ofício nº 189, de 1º.7.13, da Viação Santa Cruz, “respondendo ao Requerimento 430”; (arquive-se, após dar ciência à Vereadora



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Professora Maria Helena Scudeler de Barros). Comunicados datados de 14.6.13, da Câmara dos Deputados, Orçamento da União “comunicando a liberação de recursos da União pagos a Mogi Mirim”; (arquive-se). Comunicado 163085, de 4.7.13, do Ministério da Educação, “liberando recursos para vários programas educacionais”; (arquive-se). Telegramas datados de 27 de junho a 8 de julho de 2013, do Ministério da Saúde, “liberando recursos para vários programas da Saúde”; (arquivem-se). Esgotados os documentos e como não houvesse terminado o prazo reservado ao “Expediente”, o Senhor Presidente facultou o uso da tribuna aos oradores regularmente inscritos. O Vereador Waldemar Marcurio Filho, primeiro orador regularmente inscrito, foi à tribuna para saudar os presentes e dizer que homenageou o saudoso pai de um grande amigo seu, da família Rampazio, que seria votado na próxima sessão e, como estava com a cabeça cheia de pensamentos, iria deixar para discutir depois. A Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira saudou os presentes e discorreu sobre o projeto de sua autoria, que - bem sabia - a iniciativa era do Executivo, mas, mesmo assim, ela quis protocolar, porque o problema da água é item essencial à vida humana e um sério problema, e está custando muito caro. Então, concitou o Chefe do Executivo a parar e pensar, e não conseguia acompanhar os trabalhos para se determinar o aumento no custo da água e lembrou que, durante a campanha, sempre via colegas falarem mal do Governo Carlos Nelson, onde houve a troca de hidrômetros, fazendo pressão à população, o que gerou ação onde deu ganho de causa à população. O projeto de sua autoria poderia ser enviado à Casa pelo Executivo, e as ameaças para fazer troca de hidrômetro deveriam para, porque a população não merecia arcar com o alto custo da água. Reconheceu que o trabalho da Comissão de Justiça e Redação estava melhorando muito, porque consultou a auditoria para lavrar parecer para o seu projeto. No entanto, não fez o mesmo para lavrar o parecer do organograma do Prefeito – e ela citou isso à época – e não se respeitou a Constituição Federal, no art. 29, V, que determina que a fixação dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários deve ser de iniciativa da Câmara, e isso não foi arguido pelo Legislativo, mas estava sendo questionado



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

pelo Poder Judiciário. Em seguida, desde que, desde o início, avisou que seu sobrenome é Côrtes, e não com a pronúncia Cortêz, como pronunciavam, pois eram duas famílias diferentes. Assim, frisou que seu nome é Luzia Cristina Côrtes Nogueira. O Vereador Daniel Gasparini dos Santos saudou os presentes e citou sobre a minuta de projeto de lei – Bolsa-Creche, que atenderia as crianças que estavam sem vagas no Município, que tinha que dar conta das vagas em creches. Em seguida, parabenizou os mogimirianos que participaram do evento de esportes, onde se arrecadaram alimentos e houve a coleta de resíduos, num evento muito bom organizado pelo Fred, Jonas e outros, a quem parabenizou. Na sequência, o Vereador Luís Roberto Tavares foi à tribuna para saudar os presentes e citou sobre suas proposituras, onde as tampas de bueiros ficavam no meio da rua, rebaixadas ao nível do asfalto e os motociclistas e ciclistas estavam sofrendo acidentes. Assim, pediu providências para nivelar os bueiros, embora tivesse sofrido críticas pelo Facebook, onde expunha todos os problemas que, a seu ver, necessitavam se corrigidos pelo Chefe do Executivo. Desta forma, esclareceu aos presentes que sua competência não era executar os trabalhos que apontava, mas apenas fiscalizar os atos do Executivo e indicar a ele quais as obras que precisavam ser feitas na cidade. A respeito da falta dos remédios nas UBS, ele fez indicação ao Executivo para que providenciasse a regularização do problema. Disse ainda que solicitou melhorias para a calçada do Morro do Sufoco, onde um ponto muito liso e desnivelado prejudicava os pedestres. A Caminhada Ecológica de 9 de julho levou os turistas até o Morro do Gravi e houve comemoração simbólica aos revolucionários de 32, juntamente com o Grupo Escoteiro Alerta. Por fim, falou sobre o trabalho da Comissão de Loteamentos Irregulares da cidade, da qual era Presidente, e convidou os Vereadores para uma nova reunião, a ser agendada para amanhã, às 16 horas. Disse ter estado em Sorocaba para tratar de projetos relativos a animais e meio ambiente, com o Senhor Hélio Godoy, Secretário de Habitação daquela cidade, e ele iria dar respaldo ao trabalho da Comissão de Regularização de Loteamentos de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Vereador Professor Cinoê Duzo foi à tribuna para saudar os presentes, em especial, os funcionários



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

públicos, e leu os cartazes, entre eles, um que citava que o resultado da votação de qualquer projeto problemático da Câmara receba 10 votos favoráveis e 7 votos contrários, e ele, Vereador Professor Cinoê Duzo, fazia parte dos 7 que reprovavam os projetos problemáticos, dentre eles, o do organograma, porque fez requerimento solicitando a revogação daquele organograma. Lamentou que o movimento de greve do funcionalismo público não tivesse coincidido com o movimento de protesto que parou o Brasil, porque tudo iria parar. Os altos salários do organograma eram uma afronta àqueles funcionários que trabalhavam nas funções públicas há 20 anos e ganhavam um salário mínimo, sem nenhum benefício. O Vereador Professor Cinoê Duzo disse não concordar com a criação de novos cargos, e o Saae - Serviço Autônomo de Água e Esgotos não sofreu nenhuma reestruturação funcional, e o Presidente da Autarquia respondia por Secretarias também; e o orador disse que gostaria de saber qual seria o salário dele. Quanto ao café da manhã para os funcionários do Saae, disse que iria garantir igualdade para todos os funcionários públicos, estendendo a benesse para os demais funcionários. Defendeu a sua ideia de montar o terminal público de ônibus no Espaço Cidadão, e não na esquina do Jardim Velho, e sugeriu ao empresário que doasse a área ao Educandário, que estava desativado desde a celeuma das trincas na Igreja do Carmo, por causa das obras dos prédios do empresário, logo ao lado. Posto isto, encerrou a sua participação. O Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio desistiu de falar. Em seguida, assumiu a tribuna a Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros saudou os presentes e arguiu onde estava o Prefeito, se ele estava no Brasil, porque as informações que possuía é que ele estava em seu novo Gabinete, afastado do centro da cidade. Ela disse que não conhecia o novo Gabinete e bem sabia que o Prefeito não tinha que dar satisfações sobre suas ausências, mas ela, Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros gostaria de saber quem estava à frente do Executivo Mogimiriano. “Eu preciso saber onde o Prefeito está: se ele está na cidade ou se já se cansou e foi para o exterior. Chega de bagunça, de irresponsabilidade.” Neste instante, como houve manifestação por parte da plateia, o Presidente suspendeu a sessão às 19h47, para



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

reabri-la às 19h48. Retomando o uso da tribuna, a Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros disse ao Presidente da Câmara que ele deveria se inteirar da situação e dizer-lhe sobre suas arguições, pelo que iria aguardar as respostas, porque queria saber do paradeiro do Prefeito Municipal, porque legislava com muita independência, conforme fez questão de frisar. O próximo orador inscrito, Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, saudou os presentes e se referiu à revitalização da mina na rua Linha da Penha, no Mirante, onde vários munícipes iam pegar água para consumo. Comunicou ainda que no dia 28 de julho próximo será comemorado o Dia do Agricultor, onde será realizada missa na Paróquia Santa Cruz, às 9h30, com distribuição de mudas de plantas, amostras de calcário, almoço e atrações musicais. Na terça-feira, o dia será de palestras com Chico Graziano com o tema “Perspectivas do Agronegócio Paulista” e confraternização e, no dia 30, as comemorações estender-se-ão para as Chácaras São Marcelo. Assim, convidou os munícipes para o evento da Secretaria de Gestão Ambiental e Sindicato Rural de Mogi Mirim. A Vereadora Dayane Amaro Costa foi à tribuna para saudar os presentes e se referiu à reunião relativa à licitação para compra dos serviços de merenda escolar, que foi muito proveitosa, porque vinha ao encontro de sua propositura pedindo análise microbiológica daqueles produtos. Os alimentos contaminados, às vezes, tinham um aspecto natural, mas estavam contaminadas e causava infecções nas crianças, que eram internadas, gerando maior custo ao Município. Para finalizar, disse que também encaminhou o laudo relativo às rampas de acesso construídas recentemente no centro da cidade, porque fez a devida fiscalização em todas elas e algumas apresentavam problemas, que deveriam ser apontados ao Executivo, para que cobrasse as regularizações da empresa executante do serviço. O Vereador Professor Luiz Antônio Guarnieri saudou os presentes e se referiu à sua propositura para se executar a complementação no trecho entre as ruas Biquinha do Conselho e Nossa Senhora Aparecida, com a rua Antônio Leite Canto, com tráfego intenso, o que gerou um abaixo-assinado pelos usuários. Citou, em seguida, o pedido para melhorias na mina da rua da Linha da Penha, complementando o pedido do Vereador



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi e providências para a efetivação do Pano Comunitário de Melhorias, onde o executivo alegava que não houve apoio de 70% de munícipes interessados, o que não era verdade, porque os munícipes sequer foram abordados. Por outro lado, um comunicado do Promotor Rogério Filócomo Júnior, declarava que nada impede que o Executivo faça um novo levantamento e resolva a situação, efetivamente. Em seguida, disse que o Requerimento da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira havia sido rejeitado, mas ele gostaria de conhecer a planilha de dados que gerava a tarifa de transporte público. Tal iniciativa deveria ter o apoio de todos os nobres pares, porque o Ministério Público, certamente, não iria deixar de se manifestar sobre o assunto. Em seguida, houve muita confusão e balbúrdia nas galerias da Casa Legislativa, fazendo com que o Presidente, Vereador Benedito José do Couto suspendesse os trabalhos às 20 horas, só voltando a reabri-los 20h15. O Vereador Laércio Rocha Pires foi à tribuna para pedir a antecipação da Tribuna Livre; (posto a votos, a casa aprovou por unanimidade dos Vereadores a antecipação da Tribuna Livre; realize-se a Tribuna Livre ao final do “Expediente”). Cumprindo o dispositivo do art. 37 da LOM, combinado com o art. 226 da Resolução nº 276, de 9.11.10, o Senhor Presidente deu ciência aos Senhores Vereadores que havia uma inscrição para uso da “**TRIBUNA LIVRE**” nesta noite, com a apresentação da Senhora Samantha S. Cavenaghi, representante dos servidores públicos, cujo discurso ficou gravado em fita própria, à disposição dos interessados por 30 dias. Esgotados os oradores inscritos e interessados em discursar, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão às 20h30, conforme o disposto no art. 105 da Resolução nº 276/10 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental de cinco minutos a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Senhores Vereadores, conforme o disposto no art. 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos da “**ORDEM DO DIA**”, submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 53,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de 2013 de autoria do Prefeito Municipal “dando denominação a estradas rurais que especifica, juntamente com *emendas* da Comissão de Denominação de Vias e Logradouros”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. A Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti foi à tribuna para pedir destaque na emenda que faz menção erroneamente ao nome da rua e acabou por pedir a suspensão dos trabalhos. A sessão foi suspensa às 21 horas e reaberta minutos depois, quando o Presidente deu ciência do Requerimento nº 498/13, de autoria da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, solicitando, “conforme o que rezam os arts. 113, § 5º, II, 156, VI e 169 da Resolução nº 276, de 9 de novembro de 2010 (Regimento Interno vigente), o adiamento, por 1 dia da discussão e votação do Projeto de Lei nº 53/13, constante da pauta da “Ordem do Dia”; (submetido a votos em Sessão de hoje, a Casa aprovou por unanimidade, o Requerimento 498/13); (aguarde-se 1 dia e insira-se o Projeto de Lei nº 53/13 na “Ordem do Dia” da próxima sessão, após o recesso). 2. Projeto de Lei nº 73, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal “autorizando o Município, pelo Poder Executivo, a celebrar acordos individuais ou coletivos com servidores públicos municipais da administração direta e da indireta, relativos ao pagamento de créditos decorrentes de sentença proferida em ações trabalhistas, juntamente com *Emenda* da Comissão de Justiça e Redação. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. Para discutir a matéria, assumiu a tribuna a Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, a qual saudou os presentes e lembrou que por ocasião do aumento do salário, a Secretária de Finanças e o Auditor Paulo Menna Barreto asseguraram que as ordens judiciais estavam chegando aos poucos e nenhuma vara judicial seria irresponsável de enviar os débitos de uma só vez, porque a Prefeitura não iria conseguir pagar. Em seguida, leu a Mensagem enviada pelo Prefeito, R\$ 22 milhões de débito, valor que não estava previsto em caixa e que era inviável o pagamento total. Ocorre que a alegação maior é que a Lei de Responsabilidade fiscal vedava o pagamento total do valor, e o que a preocupava era o parcelamento sem critério do saldo devido a cada servidor, e daria o seu voto contrário para tal projeto. O Vereador Professor Cinoê



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Duzo pediu destaque para as emendas (posto a votos, a Casa aprovou por unanimidade dos vereadores tal pedido). O Vereador Luís Roberto Tavares foi à tribuna para dizer que iria votar contrariamente, porque entendia que penalizaria os servidores que não fizessem acordo com o Executivo. O Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio frisou que seu ponto de vista era a favor da classe trabalhadora e iria votar favoravelmente ao projeto, porque a classe dos servidores havia conquistado o direito de receber. Por ser sensato, ele entendia que seriam chamados os servidores para arguí se fariam ou não acordo, mas o pagamento lhes seria feito, independente de acordo. Por fim, disse entender a posição de cada Vereador, mas iria votar favoravelmente ao projeto, porque o direito do funcionalismo estava preservado. O Vereador Professor Luiz Antônio Guarnieri foi à tribuna para explicar que iria solicitar o adiamento desta matéria, porque todo acordo a ser feito geraria a favorabilidade ao Executivo e que se o acordo fosse coletivo, a força do funcionalismo seria maior. Assim, pensou em aguardar a posição do sindicalismo. Porém, como o projeto seria votado hoje, poderia ser possível que ao resultado não fosse favorável aos servidores e caberia maior atenção a cada servidor para firmar o acordo individual com o Executivo, ou não. O Vereador Waldemar Marcurio Filho disse que estava envolvido no projeto desde o início e lembrou que já sofreu algumas ações trabalhistas em sua empresa, com acordo para o funcionário, o qual poderia ou não tê-lo aceito, na audiência trabalhista. No caso em tela, os acordos seriam individuais e, quanto mais rápido se resolvesse a situação, seria melhor para o servidor público. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, a emenda da Comissão de Justiça e Redação; posto a votos o Projeto de Lei nº 73, de 2013, do Senhor Prefeito, este foi aprovado por dez votos contrários e seis votos contrários, em turno único); (à Comissão de Justiça e Redação para a redação final prevista pelo art. 188 do Regimento Interno, encaminhe-se o autógrafo ao Executivo, para fins de sanção e promulgação, nos termos regimentais do art. 190). 3. Projeto de Lei nº 76, de 2013, de autoria do Poder Executivo “autorizando o Serviço Autônomo de Água e Esgotos (SAAE) a receber da empresa Bordignon



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Empreendimentos Imobiliários Ltda., valores a título de ressarcimento, e dando providências”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Lei nº 76, de 2013, do Senhor Prefeito, em turno único); (encaminhe-se o autógrafo ao Executivo, para fins de sanção e promulgação, nos termos regimentais do art. 190). 4. Projeto de Lei nº 79, de 2013, de autoria do Poder Executivo “autorizando o Município, pelo Poder Executivo, a celebrar termos de convênios e de aditamentos com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (SEBRAE/SP) e Associação Comercial e Industrial de Mogi Mirim (ACIMM), visando a implantação da Sala do Empreendedor, denominado POUPATEMPO DO EMPREENDEDOR, no âmbito municipal”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação, e Parecer conjunto das Comissões de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas e de Finanças e Orçamento. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Lei nº 79, de 2013, do Senhor Prefeito, em turno único); (encaminhe-se o autógrafo ao Executivo, para fins de sanção e promulgação, nos termos regimentais do art. 190). 5. Projeto de Lei nº 80, de 2013, de autoria do Poder Executivo “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo a celebrar contrato de concessão administrativa de uso de bem imóvel, a título oneroso, com a CLARO S.A., e dando outras providências”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação, e Parecer conjunto das Comissões de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas; Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Lei nº 80, de 2013, do Senhor Prefeito, em turno único); (encaminhe-se o autógrafo ao Executivo, para fins de sanção e promulgação, nos termos regimentais do art. 190). **“ex-vi” do disposto no Artigo 171 do Regimento Interno:** 6. Projeto de Decreto Legislativo nº 08/2013, de iniciativa do Vereador Daniel Gasparini dos Santos “concedendo o Título de Cidadão Mogimiriano ao Senhor CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA (CAPONE)”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. (Posto a



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2013, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, em turno único); (encaminhe-se à Presidência da Câmara para editar o competente Decreto Legislativo, nos termos do art. 195, II, do Regimento Interno). 7. Projeto de Decreto Legislativo nº 09, de 2013, de autoria do Vereador Laércio Rocha Pires “concedendo o Título de Cidadão Mogimiriano ao Senhor MARTIN KUHN”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 2013, do Vereador Laércio Rocha Pires, em turno único); (encaminhe-se à Presidência da Câmara para editar o competente Decreto Legislativo, nos termos do art. 195, II, do Regimento Interno). 8. Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 2013, de iniciativa do Vereador Leonardo David Zaniboni “concede o Título de Cidadão Mogimiriano ao Senhor ANDRÉ LUÍS FERRARI DE MOURA GIRALDI”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 2013, do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, em turno único); (encaminhe-se à Presidência da Câmara para editar o competente Decreto Legislativo, nos termos do art. 195, II, do Regimento Interno). 9. Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 2013, de autoria da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros “concedendo o Título de Cidadã Mogimiriana à Senhora JUSSARA SOARES VIEIRA”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 2013, da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, em turno único); (encaminhe-se à Presidência da Câmara para editar o competente Decreto Legislativo, nos termos do art. 195, II, do Regimento Interno). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Senhor Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determina os arts. 114 e 115 da Resolução 276/10 (Regimento Interno vigente). O primeiro orador regularmente inscrito, Vereador



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Luís Roberto Tavares, saudou os presentes para dizer que eram necessários serviços para as ruas 30 e 15 do Parque das Laranjeiras, que estavam com muita poeira e deveria ser passado o caminhão-pipa para os locais. Em seguida, citou que, a partir de 22 de julho, o Papa Francisco estará no Rio de Janeiro, no evento conhecido como “Jornada Mundial de Juventude”, e o evento seria de grande importância para a Igreja Católica mundial. O projeto foi iniciado pelo saudoso Papa João Paulo II e citou que sairia de Mogi Mirim uma delegação de 23 integrantes, de todas as Paróquias de Mogi Mirim: Imaculada Conceição Aparecida, da zona Leste, São Joaquim Santana, São José, São Benedito e Santa Cruz. Por fim, o Vereador Luís Roberto Tavares desejou boa viagem a todos. O Vereador Waldemar Marcurio Filho saudou os presentes e disse aos funcionários públicos presentes que os Vereadores não estavam trabalhando tão só para defendê-los, mas a todos os munícipes, dentre eles a classe do funcionalismo. Disse esperar que todos respeitassem a sua posição e que sabia que muitos dos presentes haviam perdido seus cargos no Executivo e ele, como Vereador do PT, fazia uma oposição construtiva ao Executivo, pois desejava manter com ele um bom relacionamento. No tocante aos projetos do distrito de Martim Francisco, conseguiu muitas benesses para o Distrito onde morava e uma verba de R\$ 100 mil para melhorias naquele Distrito. Lembrou que foi eleito, na maioria, pelos eleitores de Martim Francisco e para lá direcionava a maioria de seu trabalho e proposituras. Deixou claro que não concordava com a posição da minoria do funcionalismo público e exigiu respeito da classe, pois sempre respeitou o funcionalismo público de Mogi Mirim. O Vereador Waldemar Marcurio Filho disse que não era sua intenção magoar os funcionários, mas respeitava toda a classe e fazia uma votação consciente, não era induzido pelo Executivo ou pelo Partido dos Trabalhadores em sua votação, e que estudava a fundo todos os assuntos, antes de votar. Por fim, solicitou o respeito de todos para o seu trabalho sério. Em seguida, a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira foi à tribuna para dizer que o projeto do organograma do Executivo estava tramitando no Executivo, mas não iria se colocar à parte nos assuntos, porque seu dever era fiscalizar e representar a população. Em seguida, citou



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

sobre a Comissão de licitação da merenda escolar, da qual resolveu não fazer parte, porque a Licitação era parte do Executivo e não cabia a ela compor tal comissão. Entretanto, a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira garantiu que iria fiscalizar todos os atos efetuados pelo Poder Executivo. Quanto à formação de mais uma Secretaria de Esportes, citou que a explanação de Dirceu Paulino havia sido excelente, e até assinou a propositura solicitando a criação de mais uma Secretaria, mas o organograma estava sendo questionado no Judiciário, e uma nova secretaria demandava mais funcionários e mais verba. No entanto, o Prefeito havia dito que não havia dinheiro para custear altos projetos. Ato contínuo, discursou a Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, que saudou os presentes e citou sobre a Comissão de merenda escolar, cujo trabalho iniciou no mandato anterior e continuou no atual, e que estava presidindo. Prosseguindo, disse que já havia conseguido que o novo Edital acolhesse todos os apontamentos feitos pelo Tribunal de Contas, além da reivindicação que fosse de um ano de duração apenas. Para ela, o ideal é que a merenda escolar fosse municipalizada, conforme desejo dos membros da Comissão. Lamentou que Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira não quisesse participar da Comissão, porque o papel dos legisladores era fazer leis e fiscalizá-las. A primeira fase foi encerrada e iria apresentar o relatório para todos e independente de exercer o mandato e presidente de partido, ela era munícipe, porque iria fiscalizar a merenda em sua escola, porque era professora, e também nas outras escolas, não admitindo falcatruas que houve na última gestão. Em seguida, disse ter protocolado os projetos de tombamento no patrimônio histórico, e pediu urgência na tramitação deles na Comissão de Justiça e Redação: a máquina de linotipia, em péssimas condições, utilizada pelo jornal A Comarca, e também o bebedouro de animais, perto do ponto de charretes e carroças, do qual se lembrava muito bem. Por fim, repudiou as pessoas que vieram à Câmara não imbuídas do espírito de democracia. Lamentou a atitude de alguns políticos, que se dizem democráticos, com atitudes deprimentes, que muito a decepcionaram, em especial um político que havia ficado por oito anos no comando da cidade e



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que ficou rindo do ato de comerem *pizza* na Câmara. Indignou-se mais, ao ver o Vereador Professor Cinoê Duzo bater palmas para o ato de comer *pizza* nas galerias da Câmara. O Vereador Daniel Gasparini dos Santos desistiu de falar. Em seguida, o Vereador Professor Cinoê Duzo foi à tribuna para dizer que se lembrava dos ensinamentos de sua mãe: não retrucar o que foi dito pelas pessoas mais velhas e não falar mais alto, apenas para poder ser ouvido. A respeito do Distrito de Martim Francisco, disse estar decepcionado com o Subprefeito, Marcos Bento Alves de Godoy, onde, no evento da festa caipira, atuou a Orquestra de Viola Caipira de Mogi Guaçu, em detrimento à orquestra de Viola de Mogi Mirim, que não iria participar. Então, a falta foi do Subprefeito e também do Gerente de Cultura, que preteriram a banda local. Disse o Vereador Professor Cinoê Duzo que sabia que os munícipes o rotulavam como defensor do Zerão, mas que continuaria a plantar árvores naquele local, preferindo que falassem dele, bem ou mal. Os Vereadores Osvaldo Aparecido Quaglio, Professora Maria Helena Scudeler de Barros, Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, Dayane Amaro Costa e Daniela Dalben Mota desistiram de falar. Ato contínuo, discursou o Vereador Laércio Rocha Pires, mencionando que a Câmara Municipal possuía Vereadores-chupins, que, covardemente, diziam que eram “os pais da criança” de alguns projetos, nos bairros. Sabia que uma Vereadora tirava fotos em determinado bairro, dizendo que precisava levá-los à Promotoria Pública, sem saber que ele e o Vereador Benedito José do Couto haviam feito o mesmo, porque eram autores da ideia. Em seguida, disse que havia outros atos que determinavam atos de Vereadores-chupins, retirando o mérito de quem realmente tinha, e se infiltrando em atos de funcionalismo público, só para criticar e, assim como o palhaço, era aplaudido pelos mal-educados presentes hoje nas galerias da Casa. Em seguida, referiu-se ao Vereador Benedito José do Couto, Presidente da Casa, pedindo-lhe que fosse mais ativo e mais atuante, com a colocação de câmeras de segurança em vários pontos, “porque vai sair tiro ainda na Câmara” – conforme suas palavras. Em seguida referiu-se ao ex-Prefeito Paulo de Oliveira e Silva, presente hoje às galerias da Casa, e disse-lhe que foi líder comunitário por muitos anos e jamais chegou à



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Casa ou foi à Prefeitura com desrespeito, para reivindicar pontos para o bairro Parque da Imprensa, tão abandonado à época. O Laércio solicitou implantação de um detector de metais na porta do Poder Legislativo e que não iria dar as costas para a assistência, porque corria perigo iminente de ser agressão. O Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni foi à tribuna para se dirigir ao Vereador Professor Cinoê Duzo, para dizer que sentiu o desrespeito, quando ele criticou o Requerimento onde solicitou benefícios ao funcionário público, e todos eram prova disso. A seu ver, a propositura servia para colher subsídios para se convencer de alguma coisa, e se Vereador Professor Cinoê Duzo já sabia sobre tudo, então iria lhe dar os parabéns, mas solicitou o respeito de Vereador Professor Cinoê Duzo aos assuntos dele, Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, e também de outros Vereadores. No tocante aos pareceres da Comissão de Justiça e Redação, disse que Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira havia confessado que sabia da ilegalidade de seu projeto, e bem sabia do parecer desfavorável a ele. Quanto ao organograma, existia um parecer favorável e estava pronto para apresentá-lo, o que mostrava que o parecer desfavorável não foi direcionado ao Vereador, apenas por ser da oposição. Assim, aos que acompanhavam os trabalhos da Comissão sabiam do trabalho sério, com discussões saudáveis e com base em fundamentos legais. Assim, julgou falta de respeito de Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira quando disse, com a Casa cheia, que a Comissão de Justiça e Redação havia analisado apenas o projeto dela, e havia lavrado o parecer pela desfavorabilidade, porque não era o caso. Por fim, o Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni disse que entendia como favorável o organograma e pediu respeito à sua opinião. Posto isto, encerrou a sua participação. O Vereador Waldemar Marcurio Filho foi à tribuna para dizer que não iria omitir que a nomeação do Subprefeito de Martim Francisco lhe “desceu a seco”, pois não podia conceber que o atual Subprefeito trabalhasse apenas meio período e que, no outro período, deixasse o trabalho nas mãos da secretária, porque iria pedalar ou cuidar de sua farmácia. Assim, avisou o Chefe do Executivo que iria ficar no encaço do



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Subprefeito, não apenas por ato pessoal, mas porque não apreciava a falta de respeito do Subprefeito com o Distrito de Martim Francisco e o Ministério Público seria comunicado sobre isso. “À menor brecha possível, eu frito ele!” – avisou o Vereador Waldemar Marcurio Filho. Como Líder, discursou a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira disse ter pedido o resultado de uma consultoria para a Comissão de Justiça e Redação, mas não obteve resultado. O mesmo se deu com outros assessores e ela assegurou que não falou sobre o tema porque havia público na assistência, e, por fim, disse que iria aguardar a sentença judicial sobre o tema, porque confiava nas determinações da Constituição Federal e repetiu que fez a solicitação à Comissão de Justiça e Redação e não foi atendida. A Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira disse que apenas uma coisa iria responder ao Vereador Laércio Rocha Pires é que todos os Vereadores podiam atuar em todas as áreas da cidade e, portanto, a população tem o direito de procurar qualquer Vereador para discutir algum problema e, se mais de um Vereador se envolver para resolver o problema, quem ganhará é a população e a cidade de Mogi Mirim. A maioria dos projetos enviada pelo Prefeito havia sido aprovada pela unanimidade dos Vereadores da Câmara. O Vereador Laércio Rocha Pires se referiu ao Vereador-chupim e não citou o nome de Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira ou outro Vereador, e aquele que havia “vestido a carapuça, que a usasse” – conforme suas palavras. Um dos chupins a que se referiu foi Marcos Bento Alves de Godoy, o Subprefeito de Martim Francisco, que cortava o caminho para não ter que passar no Jardim Planalto e não conseguia cuidar direito nem da própria farmácia. “Não tenho medo de homem, não tenho medo de cara feia. Há chupins nesta Casa e no Executivo e isso tem que acabar, porque estamos aqui pra trabalhar em conjunto.” – frisou o Vereador Laércio Rocha Pires. Como líder, o Vereador Professor Cinoê Duzo respondeu ao Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, dizendo-lhe um pedido de desculpas, porque não percebeu que ofendeu o companheiro de vereança e, com isso, encerrou a sua participação na tribuna. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Senhor



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Presidente determinou fosse guardado dum respeitoso minuto de silêncio pelo passamento dos Senhores IVONILDE KLEINFELDER, ANTONIETA TUCCI DO AMARAL 'NENETE', HÉLIO DOS ANJOS DE SOUZA e ARMANDO JOSÉ SANVIDO, PAULO QUIRINO MORETTI. Cumprida dita providência e nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Presidente, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente sessão às 22h15, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, depois de achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

RJMB de A